

---

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**  
**Resolução do Conselho do Governo n.º 161/2010 de 5 de Novembro de 2010**

---

Pela Resolução do Conselho do Governo n.º 70/2010, de 17 de Maio de 2010, o Governo Regional aprovou a minuta do Contrato de Gestão relativo à concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, a celebrar entre a Região Autónoma dos Açores, a Entidade Gestora do Edifício e a Entidade Gestora do Estabelecimento, conforme previsto em todos os elementos concursais.

Da referida minuta contratual faz parte um anexo, denominado Anexo XVII, respeitante à celebração de um *protocolo* a celebrar entre diversas entidades públicas destinado a estabelecer os princípios fundamentais que irão reger as suas relações com vista à utilização, pelo Centro de Radioterapia, das infraestruturas/serviços existentes e a existir no Hospital, bem como à actuação dessas mesmas entidades públicas relativamente às actividades necessárias à construção e funcionamento do Centro.

Por decorrência do estabelecido na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março (contempla o regime jurídico da urbanização e edificação - RJUE), os trabalhos inerentes à construção civil encontram-se legalmente isentos do licenciamento municipal, sem prejuízo da observância dos parâmetros urbanísticos em vigor no Município de Ponta Delgada para a área de implantação do Centro de Radioterapia dos Açores, enquadrados pelas normas correspondentes dos respectivos instrumentos de planeamento em vigor; e sem prejuízo das demais obrigações estipuladas no Caderno de Encargos.

Considerando que o Contrato de Gestão será celebrado entre a Região Autónoma e as duas entidades gestoras e que as obrigações estabelecidas no Protocolo de partilha de infra-estruturas que constitui o Anexo XVII daquele Contrato apenas dizem respeito às partes do Contrato de Gestão e ao Hospital do Divino Espírito Santo, torna-se, deste modo, despidendo envolver o Município, os empreiteiros e o membro do agrupamento concorrente na celebração do protocolo em referência, o que determina a correcção do anexo referido, facto que mereceu o prévio acordo do adjudicatário e da Região.

Assim, no uso das competências conferidas pelas alíneas a), d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pela alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2009/A, de 30 de Dezembro, e considerando ainda o estabelecido no n.º 1 do artigo 50.º do Programa do Procedimento que presidiu ao concurso, o Conselho do Governo resolve:

Aprovar a alteração dos termos da minuta de protocolo sob o *anexo XVII* da minuta do Contrato de Gestão relativo à concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, a celebrar entre a Região Autónoma dos Açores, a Entidade Gestora do Edifício e a Entidade Gestora do Estabelecimento, conforme previsto em todos os elementos concursais, passando o referido *anexo* a ter a redacção constante do anexo à presente Resolução.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 31 de Outubro de 2010. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

**Anexo**

**ANEXO XVII**

(Ao Contrato de Gestão relativo à concepção, projecto, construção, financiamento,  
conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores)

**MINUTA**

## PROTOCOLO

Entre, de uma parte,

....., SA (entidade gestora do EDIFÍCIO), pessoa colectiva número ....., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de ....., com sede na ....., neste acto representada por ....., na qualidade de ....., com plenos poderes para o acto, adiante designada por “ENTIDADE GESTORA DO EDIFÍCIO”,

e

....., SA (entidade gestora do ESTABELECIMENTO), pessoa colectiva número ....., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de ....., com sede na ....., neste acto representada por ....., na qualidade de Administrador, com plenos poderes para o acto, adiante designada por “ENTIDADE GESTORA DO ESTABELECIMENTO”,

e, de outra parte,

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES....., com sede na ....., neste acto representada por ....., na qualidade de ....., com plenos poderes para o acto, adiante designada por “REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”,

e

HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, EPE....., com sede na ....., neste acto representada por ....., na qualidade de ....., com plenos poderes para o acto, adiante designada por “HOSPITAL”,

Considerando que:

a) A construção de um Centro de Radioterapia nos Açores (“Centro”) corresponde a uma necessidade há muito sentida na Região e sobejamente identificada pelos órgãos da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e pelo HOSPITAL.

b) Com efeito, a deslocação de um significativo número de utentes do Serviço Regional de Saúde para tratamentos de Radioterapia fora da Região é uma realidade que arrasta consigo uma miríade de situações de natureza psicológica, familiar e social, além dos custos que acarreta para a Região;

c) Por isso, Governo Regional assumiu o compromisso de dar seguimento à implementação de um Centro de Radioterapia nos Açores, devidamente preparado e equipado para a prestação desse tipo de cuidados de saúde na Região.

d) Assim, com o propósito de iniciar os trabalhos conducentes à implementação de serviços de Radioterapia na Região Autónoma dos Açores, foram aprovadas as Resoluções do Conselho do Governo n.º 11/2006, de 17 de Agosto e n.º 83/2007, de 26 de Julho, esta última incumbindo a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com a faculdade de delegar na SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores SA, de desencadear todos os processos e procedimentos relacionados com a implementação de um serviço de radioterapia, em Ponta Delgada.

e) Após a análise das diversas opções de desenvolvimento e implementação do projecto do Centro de Radioterapia dos Açores, foi equacionada a possibilidade de a mesma assentar numa Parceria Público-Privada (PPP), através da celebração de um Contrato de Gestão, no âmbito do qual se acomodassem igualmente as actividades de concepção, de projecto, de construção, de financiamento, de conservação, manutenção e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.

f) Com vista a aferir a viabilidade e as vantagens públicas comparadas da execução do projecto através do estabelecimento de uma PPP, foi elaborado, nos termos dos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, com a redacção que foi dada pelo

Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de Julho, o “Estudo Estratégico da Parceria Público-Privada”.

g) Esse Estudo Estratégico evidenciou que a concretização do Projecto através do estabelecimento de uma PPP é económico-financeiramente viável e que permitirá, à partida, a obtenção de vantagens públicas comparadas assinaláveis.

h) Em conformidade com as conclusões desse estudo, foi decidido, através do Despacho Conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de 11 de Julho de 2008, o lançamento da PPP relativa à celebração de Contrato para a Gestão do Centro de Radioterapia dos Açores, a localizar na Ilha de São Miguel, que terá por objecto principal a prestação de cuidados de saúde no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

i) Através desse mesmo despacho, foi ainda autorizada a abertura do concurso público com negociação, homologada a análise e as conclusões constantes do Estudo Estratégico da Parceria e aprovado o Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respectivos anexos.

j) O mencionado concurso público teve como resultado a adjudicação ao agrupamento Quadrantes (do qual são membros a BASCOL e QUADRANTES) do contrato de gestão relativo à concepção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro .

k) A “ENTIDADE GESTORA DO EDIFÍCIO” é uma sociedade comercial que tem por objecto social a gestão do Edifício do Centro de Radioterapia dos Açores.

l) A “ENTIDADE GESTORA DO ESTABELECIMENTO” é uma sociedade comercial que tem por objecto social a gestão do Estabelecimento do Centro de Radioterapia dos Açores.

m) O Centro estará localizado dentro do *campus* do HOSPITAL na área identificada na planta que constitui o Anexo 1;

n) É conveniente para a prestação dos serviços de saúde na região que o Centro e o HOSPITAL beneficiem de um modelo integrado ou compatibilizado de funcionamento, sem prejuízo dos pressupostos da proposta apresentada pelo agrupamento QUADRANTES.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo (“Protocolo”), o que fazem nos termos e condições das cláusulas seguintes:

#### Clausula 1.<sup>a</sup>

Pelo presente Protocolo as outorgantes estabelecem os princípios fundamentais que irão reger as suas relações com vista à utilização, pelo Centro, das infraestruturas/serviços existentes e a existir no Hospital, bem como à actuação das entidades públicas relativamente às actividades necessárias à construção e funcionamento do Centro.

#### Clausula 2.<sup>a</sup>

A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e o HOSPITAL reconhecem a importância do Centro para a qualidade da prestação dos serviços de saúde na região autónoma.

#### Clausula 3.<sup>a</sup>

A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e o HOSPITAL garantem aos demais contraentes que o Centro de Radioterapia dos Açores, localizando-se dentro do *campus* hospitalar acima identificado, beneficiará gratuitamente, de todas as infraestruturas/serviços existentes e a existir no Hospital, quer na fase de concepção e execução das respectivas obras, quer ao longo de todo o período de funcionamento do Centro, e dos licenciamentos necessários ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, de forma a que a construção e funcionamento do Centro venha a ocorrer nos termos previstos na proposta apresentada pelo agrupamento QUADRANTES e que foi objecto de adjudicação:

#### Clausula 4.<sup>a</sup>

Incluem-se nas infraestruturas/serviços garantidas referidas na cláusula anterior, nomeadamente as seguintes:

a) acessos

- i. Acesso viário, incluindo a veículos necessários à construção, durante todo o período de construção e funcionamento do Centro (365/365; 7/7; 24/24);
- ii. Acessos a veículos de combate a incêndios e outros veículos de segurança;
- iii. Acesso do público nos horários de funcionamento do Centro;

b) portaria e segurança

- i. Serviços de portaria do campus (excluem-se os serviços de portaria do Centro);
- ii. Serviços de segurança na zona exterior ao Edifício;

c) iluminação pública e sinalética

- i. Iluminação pública adequada nos acessos ao Centro e na sua zona envolvente;
- ii. Sinalética adequada nos acessos ao Centro e na sua zona envolvente;

d) Abastecimentos essenciais

- i. Acesso a água potável do hospital, designadamente a depósitos, em caso de falhas de abastecimento público (com pagamento, pela entidade beneficiária, dos respectivos consumos), incluindo construção das infraestruturas a tanto necessárias;
- ii. Acesso à utilização de gases medicinais do Hospital (com pagamento, pela entidade beneficiária, dos respectivos consumos), incluindo construção das infraestruturas a tanto necessárias;
- iii. Possibilidade de ligação de ramais provisórios, durante a fase de construção, para o abastecimento de água e electricidade (com pagamento, pela entidade beneficiária, dos respectivos consumos);
- iv. Ligação e eventuais servidões para ligações a redes de águas, saneamento, electricidade ou outras.
- v. Ligação a bocas de incêndio do Hospital, incluindo construção das infraestruturas a tanto necessárias.

Clausula 5.<sup>a</sup>

No que concerne aos acessos viários, a REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e o HOSPITAL comprometem-se a construir os arruamentos identificados na planta que constitui o Anexo 1, bem como a que os mesmos sejam construídos e finalizados simultaneamente com o início da fase de acabamentos do Edifício do Centro, por forma a que estejam concluídos no momento da instalação, no Centro, dos equipamentos médicos pesados.

Clausula 6.<sup>a</sup>

A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e o HOSPITAL autorizam que a realização dos trabalhos de construção e instalação do Centro venha a decorrer na totalidade do horário para tanto entendido necessário pelo respectivo Dono da Obra (ENTIDADE GESTORA DO EDIFÍCIO) e Empreiteiro (BASCOL e CASAIS).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

ENTIDADE GESTORA DO EDIFÍCIO

---

ENTIDADE GESTORA DO ESTABELECIMENTO

---

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

---

HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, EPE